



# Anais da Assembléia

Nº 28

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 28 DE MARÇO DE 1996

ANO XXIII

## Mesa Diretora

**ANIBAL KHURY**  
Presidente - PTB

**LUIZ CARLOS ZUK**  
1º Vice-Presidente - PDT

**NEIVO BERALDIN**  
2º Vice-Presidente - PP

**LUIZ CARLOS MARTINS**  
1º Secretário - PDT

**NELSON GARCIA**  
2º - Secretário - PFL

**EDGARD BUENO**  
3º Secretário - PSDB

**JOÃO TECHI**  
4º Secretário - PPR

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## Lideranças

Governo .....	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT .....	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB .....	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL .....	Deputado ÉLIO RUSCH
PT .....	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP .....	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR .....	Deputado CÉSAR SELEME
PSC .....	Deputado JOCELITO CANTO
PTB .....	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB .....	Deputado CEZAR SILVESTRI

## Representação Partidária

PMDB – 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Adur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; PP – 10: Albanor J. F. Gomes - Duffio Genari - Irondi Pegliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Annibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; PDT – 10: Algaci Tulio - Antonio Belinati - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Tureck - Walmor Trentini; PTB – 06: Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hermas Brandão; PFL – 06: Carlos Simões - Nelson Garcia - Remy Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; PT – 05: Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Péricles H. Mello - Angelo Vanhoni; PSDB – 03: Edgar Bueno - Beto Richa - Cezar Silvestri; PPR – 02: João T. Filho - César A. Seleme; PSC – 01: Jocelito Canto.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA  
ATA DA 5ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM 27 DE MARÇO DE 1996**

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Luiz Carlos Alborghetti.

Às quinze horas e cinquenta minutos é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Varhoni, Antônio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caio Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kiehlse, Dúlio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Elio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Marcos Alves, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Milton Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (53). Achando-se ausente o Sr. Deputado Irineu Colombo (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.**

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO Nº 749**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, o uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER destaque de Votação à Proposição de Veto nº 027/95, ao Projeto de Lei nº 043/95, item 02 da pauta.

Sala das Sessões, em 27.03.96

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES.

**REQUERIMENTO Nº 747**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada por 10 (dez) sessões, do Veto aposto ao Projeto de Lei nº 125/95.

Sala das Sessões, em 27.03.96

(a) CESAR SELEME.

**REQUERIMENTO Nº 748**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a votação em bloco das proposições constantes da Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 27.03.96

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Não havendo Oradores inscritos para o Pequeno e Grande Expediente, nem para o Horário das Lideranças.

Passa-se à

**ORDEM DO DIA,**

com a presença de 53 Senhores Deputados.

Sobre a Mesa requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando votação em bloco das proposições constantes da ordem do Dia da presente Sessão.- **Aprovado.**

O SR. EMERSON NERONE (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, a votação em bloco de quais itens?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Todos que se encontram e há requerimento em destaque logo em seguida. Há sobre a mesa um outro requerimento sobre o Veto nº 27/95 com pedido de destaque. Primeiro votaremos o pedido em bloco e logo em seguida vou colocar outro requerimento do destaque e tem outro requerimento que chega à Mesa pedindo, através do Deputado César Seleme, o adiamento por 10 Sessões de um dos lotes apostos na Ordem do Dia.

O SR. EMERSON NERONE (Para Encaminhar) -

Como se tratam de projetos completamente diferentes, o primeiro veto dispõe sobre a obrigatoriedade do uso do aparelho sensor, o segundo veto de um projeto que obriga a realização do teste de HIV. O terceiro autoriza o Poder Executivo a instalar uma unidade de Delegacia, quer dizer, são vetos de assuntos completamente diferentes e o Regimento Interno parece que é claro no tocante que não poderíamos votar matérias distintas em bloco.

Me parece que isto está na base do Re-

gimento.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Respondendo à inquirição feita à Mesa Executiva. O Plenário é soberano. Nós temos diversos requerimentos apostos sobre a mesa. O Primeiro deles: Uma votação em bloco, o segundo deles: destaque para o veto número 027/95, terceiro deles: adiamento por 10 Sessões...

(Vozes paralelas)

O SR. EMERSON NERONE (Pela Ordem) - O Plenário é soberano para alterar o Regimento Interno mas não para transpor o Regimento Interno, quer dizer, para usurpar o Regimento Interno. Acho que este é o procedimento. O Plenário não é soberano para ir contra algo que está no Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - O Plenário não é contra nem a favor do Regimento Interno. Aqui está sendo colocada uma votação em bloco que será determinada pelos Senhores Deputados.

O SR. EMERSON NERONE (Pela Ordem) - O Regimento Interno reza que as matérias da mesma ordem, que tratem da mesma matéria, que poderia ser votadas em bloco.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Quem decide se é favorável ou não à votação em bloco e os destaques mais tarde a serem requeridos será o Plenário que é soberano e absoluto.

Concedo a palavra ao Deputado Luiz Cláudio Romanelli.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, Senhores Deputados, queria chamar a atenção dos Senhores. Antes de ontem o Deputado Carlos Siqueira desta tribuna, fez uma denúncia sobre dossiês que estavam sendo elaborados sobre parlamentares e jornalistas.

Muito bem, ontem pela manhã, Deputado Algaci Túlio, recebi a visita do Delegado Geral da Polícia Civil, Dr. Toleb. Muito bem. O que que está acontecendo agora, Senhor Presidente, Senhores Deputados?

Agora recebo a informação que para os jornais e para cada um dos gabinetes dos Senhores Deputados está sendo distribuído um documento composto de 3 laudas, "Quem é Luiz Cláudio Romanelli", Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Lamentavelmente V.Exa. ocorre em erro regimental, após a votação V.Exa. fará o seu pronunciamento.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI - Senhor Presidente, não estou fazendo um pronunciamento, estou apenas comunicando a Casa que um dossiê apócrifo, está sendo distribuído nos gabinetes desta Casa. Queria que Vossa Excelência, na verdade determinasse ao serviço de segurança que apreendesse esse documento e descobrisse quem é que, apocriticamente, faz a distribuição desse panfleto.

É isso que estou solicitando a esta Presidência, nesse sentido que a minha questão de ordem é dirigida a esta Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - V.Exa. encaminha o documento e eu vou tomar as providências.

Deputado Plauto, pela ordem.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (Pela Ordem) - Senhor Presidente, Senhores Deputados, encaminho um requerimento, pedindo destaque na Proposição 027/95, e peço também, Senhor Presidente, se aprovado esse destaque para que seja votado e vou encaminhar o requerimento agora à Mesa, como o item nº 1, primeiro, a ser votado essa proposição.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não entendi.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Veja bem, Senhor Presidente, encaminhei um requerimento pedindo destaque do Projeto nº 027/95, e também vou encaminhar um requerimento pedindo para que este veto, se aprovado este requerimento pedindo destaque, seja votado na frente, primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - V.Exa. quer preferência? Vossa Excelência encaminhe o requerimento.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Estou encaminhando.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Requerimento de autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti. Requer, após ouvido o Plenário, votação em bloco das proposições constantes da Ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado.**

Ainda sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente, solicitando destaque de votação à Proposição de Veto nº 027/95, ao Projeto de Lei nº 043/95, item 02 da pauta de hoje. - **Aprovado.**

E mais o requerimento de autoria do Senhor Deputado César Seleme, constante do expediente, solicitando a retirada por dez (10) sessões o veto apostado ao Projeto de Lei nº 125/95. - **Aprovado.**

De conformidade com os requerimento acima aprovados, passaremos à apreciação da matéria:

ITEM 02

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 027/95, Veto aposto ao Projeto de Lei nº 043/95, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, que obriga a realização do Teste HIV, para detecção do vírus da AIDS nas doações de sangue, de esperma e órgãos humanos para transplante no Estado do Paraná. Com RELATÓRIO da C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLÊNARIO.

Ofício/DIL/SAT nº 150/95

Curitiba, 19 de julho de 1995.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 060/95, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 043/95, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que as doações de sangue, as doações de espermatozoides para inseminação artificial e as doações de órgãos para transplantes, serão precedidas de realizações de Teste HIV - Anti-AIDS, atribuindo à Secretaria de Estado da Saúde a obrigação de manter todas as unidades sanitárias equipadas para feitura de tais testes.

A negativa de sanção ao plano de lei em exame decorre da inconstitucionalidade de que está eivado, porque o artigo 199, § 4º, da Magna Carta, confere à União competência para legislar sobre tal matéria, o que, aliás, já fez através da Lei Federal nº 8.489, de 18 de novembro de 1992 e de seu regulamento aprovado pelo Decreto nº 379, de 22 de julho de 1993.

Por outro lado, inobstantemente à apontada inconstitucionalidade, vale lembrar que a Secretaria de Estado da Saúde analisou a matéria e concluiu dizendo não ter aquela Pasta condições de cumprir integralmente a medida caso viesse a transformar-se em lei.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Proj. de Lei nº 43/95, encontra-se publ. no DA nº 11/95, de 08.03.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
VETO APOSTO AO PROJETO DE LEI Nº 43/95  
PROPOSIÇÃO Nº 27/95

P A R E C E R :

De autoria do nobre Deputado Plauto Miró Guimarães, visa o projeto de lei, ao qual é apostado o veto, obrigar a realização do exame para detecção do vírus da AIDS, nas doações de sangue, de esperma e órgãos humanos para transplante no Estado do Paraná.

Analisando detalhadamente a proposição em epígrafe que vetou o projeto de lei em questão, nada encontramos que possa obstar sua apreciação pelo plenário desta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.08.95

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

BÁSILIO ZANUSSI - Relator.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Srs. Deputados que forem favoráveis à manutenção do veto deverão se manifestar votando com a cédula que contém a expressão SIM, e os contrários à manutenção do veto deverão se manifestar utilizando a cédula NÃO.

O Sr. 1º Secretário procederá à chamada nominal para a apreciação do Veto conforme requerido pelo Deputado Plauto Miró Guimarães, 043/05.

(Procede-se à chamada nominal)

A Mesa alerta aos Srs. Deputados que o Sr. 1º Secretário, está procedendo Chamada Nominal.

Os ausentes, os não votantes terão algum prejuízo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - 39 Srs. Deputados votaram.

Designo Comissão Constituída dos Deputados Pessuti, Beto Richa, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Deputado Plauto Miró Guimarães para constituírem a Comissão escrutinadora.

39 Srs. Deputados votaram SIM;

03 Srs. Deputados votaram NÃO.

Votos em branco 02.

Rejeitado o Veto e aprovado o projeto

Votação para a 2ª chamada das proposições 26/95 e 28/95.

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 026/95, Veto apostado ao Projeto de Lei nº 066/95, de autoria do Deputado Anibal Khury, que dispõe sobre a Obrigatoriedade do Uso do Aparelho Sensor de Vazamento de Gás nos Estabelecimentos Comerciais, Industriais e Imóveis Residenciais do Estado do Paraná. Com RELATÓRIO da C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO

## PLENÁRIO.

(O Veto apostado ao Projeto de Lei nº 066/95, Ofício/DIL/SAY nº 129/95, encontra-se publicado no DA nº 90/95, de 07.08.95).

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

## PROPOSIÇÃO VETO Nº 026/95

A presente Proposição veta o Projeto de Lei nº 066/95, de autoria do nobre Deputado Anibal Khury, que dispõe sobre a obrigatoriedade do uso do aparelho sensor de vazamento de gás nos estabelecimentos comerciais, industriais e imóveis residenciais do Estado do Paraná.

O Poder Executivo, usando da atribuição que lhe confere o Art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do Art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetou o Projeto de Lei nº 066, por julgá-lo contrário ao interesse público, pelos motivos que especificou.

Tendo em vista que os prazos constitucionais foram respeitados, entendemos que a proposição em tela encontra-se em condições de ser apreciada em Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.08.95

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

JOSÉ TAVARES - Relator

## ITEM 03

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 028/95, Veto Apostado ao Projeto de Lei nº 139/95 de autoria do Deputado Joel Coimbra que autoriza o Poder Executivo a instalar uma unidade de Delegacia de Crimes contra a economia e defesa do consumidor, na Cidade de Maringá. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

(O Veto Apostado ao Projeto de Lei nº 139/95, Ofício DIL/SAT nº 143/95, encontra-se publicado no D.A. nº 90/95, de 07.08.95).

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

## PROPOSIÇÃO VETO Nº 028/95

## P A R E C E R:

A proposição objeto do presente parecer, foi encaminhada pelo Ofício nº 143/95, através do qual o Excelentíssimo Governador do Estado vetou o Projeto de Lei nº 139/95 de autoria do Deputado Joel Coimbra, que autoriza o Poder Executivo a instalar uma unidade da Delegacia de Crimes contra a Economia e Defesa do Consumidor, na Cidade de Maringá.

Chamada esta Comissão a se manifestar, com relação à constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nos manifestamos favoravelmente, em razão do veto ter sido apostado dentro do prazo legal.

Dessa forma, a presente proposição está em condições de ser apreciada pelo Ple-

nário desta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.09.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

O Senhor 2º Secretário procederá à Chamada Nominal dos Senhores Deputados para a votação.

Deputados ausentes da Votação terão um ligeiro desconto na folha.

O Senhor 2º Secretário vai proceder à chamada dos Senhores Deputados.

A Mesa alerta para um pequeno prejuízo para quem não votar.

O SR. 2º SECRETÁRIO (Luiz Carlos Alborghetti) -

Procede a Chamada Nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Votaram 39 Senhores Deputados.

Designo a Mesa Comissão Escrutinadora, designada anteriormente.

Votaram 39 Senhores Deputados. Pela manutenção do veto 26; pela rejeição do veto 10; brancos 3. Mantidos os vetos, rejeitados os projetos.

## ITEM 04

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 029/95 de Veto Apostado ao Projeto de Lei nº 125/95 de autoria do Deputado Cesar Seleme que cria o Programa de Barreiras Arquitetônicas ao portador de deficiências "Cidade para Todos". COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

(O Veto Apostado ao Projeto de Lei nº 125/95, Ofício DIL/SAT nº 147/95, encontra-se publicado no D.A. nº 90/95, de 07.08.95).

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

## PROJETO DE LEI Nº 125/95

## PROPOSIÇÃO Nº 029/95

Veto de 19.07.95 - Ofício CIL/SEEG nº 147/95, do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado.

Pelos Ofícios nºs. 304/95 de 04.09.95 e nº 348/95 de 17.10.95 do Senhor Presidente da Casa, confirma que o Veto foi apresentado exatamente dentro do prazo legal. Por esta razão, entendemos que o mesmo está em condições de ter seu trâmite normal para apreciação do Plenário.

Este é o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 07.11.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

ANTONIO ANNIBELLI - Relator

Sobre a referida preposição, requerimento solicitando a sua retirada por 10 (dez) sessões já aprovado anteriormente.

Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) sessões da Proposição n° 029/95, Veto apostado ao Projeto de Lei n° 125/95.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para quinta-feira, dia

28 às 11:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - do Projeto de Decreto Legislativo n° 005/96.

Levanta-se a sessão.